



1

2 **ATA DA OITAVA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE**
3 **SÃO PAULO - CAU/SP de 26/07/2012**

4

5 Ata:

6 1 - Abertura da Sessão e verificação do quórum;

7 2 - Aprovação da 7ª Ata da Sessão Plenária Ordinária de 28.06.2012;

8 3 - Informes da Presidência;

9 4 - Seminário de Capacitação;

10 5 - Plano de Ação 2012;

11 6 - Aprovação do Balancete Janeiro a Abril de 2012;

12 7 – Fiscalização;

13 8 – Informes CEAU;

14 9 – Informes dos Conselheiros

15

16 Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2012, nas dependências do Auditório da Universidade
17 Mackenzie, Rua Itambé, Portaria 135, Prédio 9 subsolo, Paulo/SP, realizou-se a SÉTIMA SESSÃO
18 PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO - CAU/SP,
19 conduzida pelo Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro, que convidou para compor a
20 mesa o Vice-Presidente Gustavo Melo, o Diretor de Ensino, João Carlos Correia, o Diretor Financeiro,
21 Éder da Silva, o Diretor Administrativo, Paulo Afonso Costa, o Conselheiro Suplente do CAU/SP e
22 Diretor Mackenzie – Valter Caldana e o Conselheiro Federal José Geraldine Junior. Com a presença de
23 49 Conselheiros, sendo: 2 convidados pelo Presidente, a saber, os Conselheiros Federais José
24 Geraldine Júnior e Daniel Amor; 35 (trinta e sete) Conselheiros Titulares; 12 (doze) Conselheiros
25 Suplentes. O Presidente do CAU/SP iniciou os trabalhos saudando a todos os presentes e agradecendo
26 ao Mackenzie, em nome do CAU/SP e de toda diretoria, a disponibilidade do espaço, para a realização
27 da Plenária. Agradeceu a presença do Conselheiro Suplente do CAU-SP e Diretor do Curso de
28 Arquitetura e Urbanismo na Universidade, Valter Caldana, a quem é dada a palavra para sua saudação.

29 O Conselheiro Valter Caldana saúda a Mesa e o Plenário com otimismo e alegria em poder receber o
30 CAU/SP na Universidade Mackenzie.

31 Confirmado quórum a reunião se inicia.

32 O Presidente cita o recebimento das Atas da 6ª e 7ª Reuniões Plenárias, que foram enviadas a todos os
33 Conselheiros por e-mail, e as coloca para aprovação.

34 Ata da 6ª Plenária 24.05.2012 – Aprovada. Ata da 7ª Plenária - 28.06.2012-Aprovada. Uma abstenção
35 do Conselheiro Suplente, João Antonio Danielson Garcia, no exercício da Titularidade.

36 Observação do Conselheiro Luiz Fisberg sobre a 6ª Ata– Ele cita uma fala da Conselheira Nádia Someck
37 referente à representação do CREA no CONPRES. Na ata “a escrita sugere” que o CREA perdeu a
38 representação após 3 faltas seguidas, o que não é verdade. O correto é que eles perderam a
39 representação neste ano. O Conselheiro Luiz Fisberg cita também uma manifestação do Conselheiro
40 Claudio Mazzetti sugerindo tentar ocupar esta vaga. Segundo o Conselheiro Luiz Fisberg, o CREA
41 continua tendo esta representação. O que caberia era uma manifestação do CAU em função de obter
42 uma representação junto ao CONPRES. A Conselheira Nádia Someck cita que deve haver uma
43 legislação para esta representação.



44 O Conselheiro Daniel Amor fala sobre o CONPRES P ainda quando os Conselheiros Luiz Fisberg e Lucio
45 Gomes Machado participaram da reunião e na época em que a CEARQ do CREA SP conseguiu inverter
46 a situação de engenheiros. A representação no CONPRES P nós conseguimos que fosse o Arquiteto e
47 Conselheiro Luiz Fisberg. O Conselheiro Federal lembra que naquele momento estava em discussão a
48 Lei do CONPRES P, lei que relatava quem teria representação, foi solicitado via Daniel Amor uma
49 reunião com Kassab. Esta visita foi precedida de uma reunião no IAB, o Conselheiro Belleza também
50 estava presente, onde discutiram qual seria a formação deste conselho, pois um vereador queria
51 colocar corretores de imóveis gerando uma crise sobre indicações. Naquela reunião do IAB os
52 arquitetos estavam pleiteando representar o CREA, e o Sindicato também poderia pleitear uma vaga o
53 que acabou não dando certo nem pelo pedido do Vereador nem para o pedido das entidades daquela
54 reunião. Sobre a ação citada pelo Claudio Mazzeti, Daniel Amor acredita que o CAU tem que fazer essa
55 gestão para ocupar espaço neste conselho e em todos os conselhos que tenham necessidade da
56 presença de arquitetos, mas é um trabalho árduo que tem que passar na Câmara Municipal, conversar
57 com prefeito. O CAU por direto tem que estar lá.

58 A Conselheira Nádia Someck pede um aparte e diz que como na data é dia de discussão do plano de
59 ação, é importante discutir todas as representações do CAU/SP.

60 O Conselheiro Eduardo Brandt – cita que na mesma linha de representatividade sugere pleitear um
61 lugar em outras instituições.

62 Presidente cita que em alguns casos deve ser mudada a lei. É necessário fazer gestão junto às
63 prefeituras para que se mude a lei.

64 Conselheiro João Antonio Danielson Garcia diz da necessidade em ser feito um comunicado a todas as
65 prefeituras tanto para o Executivo como para o Legislativo com relação ao funcionamento do CAU. O
66 Conselheiro Lucio Gomes Machado fala que não é o que diz outros juristas consultados. Na lei dos
67 arquitetos onde a atividade está prevista automaticamente deve ser substituída de CREA pra CAU. Foi
68 incluído esse artigo na lei para que não tivesse que trocar 5 mil 700 leis do Brasil toda. Ele cita que
69 deve haver uma ação política do Presidente frente às prefeituras.

70 O Conselheiro Valter Caldana concorda com a Conselheira Nádia Someck. Teremos que fazer
71 levantamento porque rigorosamente todas as representações do CREA, ou que onde o CREA tenha
72 assento, haverá sempre interesses de arquitetura ali. Por outro lado, na interpretação jurídica, há
73 uma diferença entre a representação da sociedade civil (SASP, IAB) e as representações autárquicas.
74 Representação do CAU e do CREA não são da mesma natureza que a representação do IAB, do SASP
75 outras entidades da sociedade civil, e, portanto a presença na lei exatamente no dispositivo que o
76 Conselheiro Lucio lembrou se dá em função disso. Há uma hierarquia de leis Federal, Estadual e
77 Municipal. O Conselheiro ainda diz que é certo que o CAU/SP enfrentará uma série de pareceres
78 jurídicos internos e que terão compreensões diversas. O ideal é que nos municiemos de pareceres
79 jurídicos adequados a este enfrentamento para acelerar o processo, sobretudo em assuntos ligados a
80 meio ambiente, parcelamento do solo, patrimônio histórico e habitação que são temas que custam
81 muito caro.

82 Informes da Presidência:

83 1) O Presidente Afonso, antes de passar a palavra para o Vice-Presidente Gustavo Ramos Melo, que
84 assumiu o mês de Julho, comunica que o Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de mobilidade
85 urbana, pediu para o CAU/BR e CAU UFs apoio no sentido da fiscalização da acessibilidade dos
86 aeroportos para a Copa do Mundo 2014. Este assunto será levado à Diretoria e provavelmente será
87 criado um GT para auxiliar o Ministério da Cidade na fiscalização da acessibilidade dos aeroportos.



- 88 2) Os convites da Posse Solene estão disponíveis na mesa de entrada.
- 89 O Presidente passa a palavra para o Vice-Presidente Gustavo Ramos Melo que saúda a todos e reporta
90 as atividades desenvolvidas no período assumido entre 4 a 24 de julho: A Diretoria fez 5 reuniões a
91 fim de acelerar o andamento de assuntos a serem tratados. Foi realizada a 1ª reunião de Diretores +
92 Coordenadores de Comissões para desenvolvimento do Plano de Ação 2012. Também neste período
93 foi instalada a Comissão temporária de Conceituação e Formação de Ouvidoria. O Vice-Presidente
94 comenta sobre as demandas feitas por Conselheiros nas Plenárias e que todas foram respondidas. E
95 cita a participação na posse do IAB Nacional, no Rio de Janeiro.
- 96 Pauta - Ítem 4: Seminário de Capacitação: Claudio Mazzetti comenta sobre o Seminário realizado em
97 29 e 30 de junho, do ganho em poder discutir e ter a apresentação de um modelo de gestão. Sobre o
98 Seminário, foi gerado um relatório e enviado a todos os participantes sobre as ideias discutidas. O
99 Conselheiro Claudio Mazzetti aponta a importância de dar continuidade ao trabalho, pois há que
100 desenhar um planejamento estratégico. Agradece a participação de todos e agradece o apoio do
101 Presidente e dos Diretores.
- 102 O Conselheiro Gilberto Belleza pede a palavra e sugere quando planejem um Seminário, para ter
103 cuidado com agenda de todos. Na última ocasião foram 3 dias seguidos entre Plenária e Seminário, o
104 que fica inviável para algumas pessoas.
- 105 O Presidente concorda, mas cita que, quando se une Plenária e Seminário, o custo fica menor. O
106 Presidente também justifica a ausência no Sábado do Seminário, pedindo desculpas por ter tido um
107 contratempo familiar.
- 108 Conselheira Nádia Someck: Cita que é inócuo estabelecer ações, porém é mais interessante criar ações
109 com prazo, responsáveis e uma definição da direção onde efetivamente faz parte da nossa diretriz de
110 trabalho. Inclusive ela cita que o plano de ação apresentado nesta reunião é mais um orçamento do
111 que um plano de ação. A Conselheira pensa como o Conselheiro Claudio Mazzetti, que é necessário
112 uma definição do que somos e isso só acontecerá quando vier da Diretoria uma formulação de um
113 planejamento estratégico, a definição de ações muito claras, de concepção e realizações mais amplas
114 do que apenas o acompanhamento de atividades burocráticas.
- 115 O Presidente Afonso pede aprovação para nova data para uma reunião plenária extraordinária. –
116 sugestão dia 09/08 – aprovado. Na pauta criação do CEAU estadual e Plano de Ação.
- 117 Palavra do Conselheiro João Carlos –Sobre o CEAU: Colégio das Entidades de Arquitetura e Urbanismo
118 compõe hoje o IAB, a Asbea, a FNA, a Abap e conta também com a participação da Fenea. O presente
119 e o futuro discutido entre as entidades que formam o fio condutor do CAU. Agora está sendo criado o
120 Colégio das Entidades do ponto de vista do estado de SP. Na próxima reunião extraordinária será
121 discutido, já criando a formação com a indicação dos nomes pelas entidades, quem representará este
122 colégio no estado de SP e a partir daí será estabelecido regimentos, pautas e reuniões. O regimento
123 está praticamente pronto vindo do CEAU BR. João Carlos Correia faz parte pela ABEA do CEAU BR
124 como assistente técnico. Saide Kahtouni participa pela ABAP.
- 125 Outra informação dada pelo Diretor João Carlos Correia: Em caráter obrigatório, em função do
126 parágrafo 4 do artigo 13 da lei federal nº 429 de 92, que trata da Administração Pública, e também
127 tendo em vista o disposto do parágrafo 2º do artigo 3 do Decreto Federal 5.483 de 30 de junho de
128 2005, todos os Conselheiros Titulares e Suplentes deverão entregar até o dia 20/08/2012 cópia da
129 declaração do IR com a Declaração de Bens em envelope fechado, assinado e lacrado. Os envelopes
130 ficarão arquivados e guardados no RH do CAU SP. Caso não seja entregue até esta data, o CAU/SP fica



131 impossibilitado de prestar qualquer ressarcimento ou outras questões ao Conselheiro que não atender
132 esta legislação. Este é um compromisso anual.

133 Pauta-ítem 5 -Plano de Ação 2012 - Conselheiro Éder: O Plano de Ação chega até o CAU/SP em uma
134 proposta feita pelo CAU/BR onde foram feitas 3 reuniões, SP participou da 3ª e última na cidade de
135 Curitiba entre 2 e 4 de Julho de 2012, onde reuniu a Região Sul, Sudeste, Mato Grosso e Mato Grosso
136 do Sul. O que foi apresentado pelo CAU/BR é a importância do planejamento de orçamento. Há
137 necessidade em ter diretrizes claras onde desejos, motivações, necessidades e autonomia são
138 relativos. O que pode é o que a lei permite fazer. Gerenciando recursos que devem chegar as suas
139 finalidades. Há uma legislação a seguir e a cumprir. Na Reunião do Plano de contas, Maria Filomena,
140 do planejamento no CAU BR, foi responsável por esta ação. Presente nesta reunião/treinamento
141 estava o Diretor Administrativo Paulo Afonso Costa, o Diretor Financeiro, Éder da Silva, e a equipe
142 técnica financeira.

143 Atividades e condições:

- 144 1) Necessário exercício Planejamento de gastos;
- 145 2) Há base eficiente em termos de informatização;
- 146 3) Técnicos de apoio para condução dos exercícios;
- 147 4) Prazo curto para entrega - aprovação até dia 31 de Julho de 2012.

148 SP pensou em trabalhar o orçamento de cada Diretoria junto de sua Comissão como centro de custo.
149 Em 17/07/2012 aconteceu a 1ª reunião de Diretoria + Coordenadores de Comissão. Prazo estabelecido
150 para entrega dos planos de ações - 27/07/2012. Meta cumprida. A diretoria também está detalhando
151 o seu planejamento, assim como as Comissões Especiais (Ouvidoria). Haverá uma nova reunião de
152 Diretoria+ Coordenadores das Comissões em 07/08/2012. Este plano de ação corresponde ao ano em
153 exercício 2012. Em Setembro deverá ser iniciado o estudo e definição do orçamento de 2013.

154 Victor Chinaglia lembra a Portaria para criação da Comissão Especial de Conferência para que possa
155 ser entregue também o plano de ação.

156 Pauta ítem 6 - Aprovação do Balancete Janeiro a Abril de 2012: O Conselheiro e Coordenador da
157 Comissão Orçamento e Contas, Luiz Antonio Raizzaro e Odair, contador, fazem a apresentação do
158 Balancete de Janeiro a Abril 2012.

159 Os Conselheiros pedem uma nomenclatura, um Glossário, uma forma mais clara de apresentação das
160 planilhas para melhor compreensão.

161 O Presidente parabeniza todas as equipes envolvidas e a Comissão de Orçamento e Contas pelo
162 desenvolvimento do trabalho.

163 A Conselheira Ana Maria Biazzi diz que todos devem respeitar que há uma Comissão trabalhando na
164 análise. A sugestão é que se a Comissão analisou deve ser colocado em votação para a aprovação.
165 Num futuro próximo estará no site e todos poderão consultar.

166 A Conselheira Nina Vaisman diz ter todo respeito a equipe e ao trabalho, mas cita que o Tribunal de
167 Contas responsabiliza todos os Conselheiros pelas contas do CAU/SP. A Conselheira Nina Vaisman não
168 está disposta a aprovar enquanto não houver clareza sobre o que ela assinará em baixo.

169 O Conselheiro Suplente em exercício da Titularidade, João Antonio Danielson Garcia, propõe
170 abstenção para os colegas que tiverem dúvida deste balancete.

171 22 Conselheiros aprovam, 11 conselheiros se abstêm.



172 O Conselheiro Eder diz que todos os dados da construção deste plano estão disponibilizados para
173 todos os conselheiros. Não há como apresentar nada fora da legalidade.

174 Palavra do Conselheiro Renato Nunes – 2011 e 2012 o CREA passou para o CAU/BR 14 milhões dos
175 quais o CAU/SP recebeu apenas 4,5 milhões. O CAU SP estar dando suporte a outros CAUS, além de
176 ser um fato contábil é um fato político. Ele faz a pergunta - Fomos consultados sobre isso esse repasse
177 “em parte”?

178 Palavra do Conselheiro José Geraldine Jr. – Acompanhando o assunto desde que o colegiado das
179 entidades nacionais da CBA levou a orientação ao CAU da constituição dos Conselhos em todas as
180 unidades da federação, ele esclarece:

- 181 1) Na legislação está previsto que 90% dos recursos de arrecadação de anuidades de registros de
182 responsabilidade técnica do ano passado seriam destinados para o CAU/BR trabalhar a
183 implantação. Está definido na lei que o CAU/BR tem a competência de instalar os conselhos
184 nos estados. Então 90% dos recursos citados são recursos destinados ao CAU/BR para
185 instalação dos estados, independente da origem do dinheiro da arrecadação.
- 186 2) Em 2012 recebemos recursos oriundos de uma conta que foi trabalhada no ano passado
187 (2011) para garantir a unificação no âmbito do sistema Confea-Crea. Muitos Creas não
188 repassaram os recursos pra essa conta chamada Conta Nacional. O Confea passou os recursos
189 ao CAU/BR logo no início do ano. Parte dos 90% foi disponibilizado ao CAU/BR para que
190 pudesse repassar aos Estados e o critério adotado pelo Plenário foi inicialmente 10 mil reais
191 por Conselheiros para o início das instalações.
- 192 3) Hoje, julho de 2012, temos 22 milhões, oriundos da conta dos 90%, que não foram repassados
193 ao CAU/BR.
- 194 4) 20 milhões estão circulando em contas de CREA em diversas unidades da Federação. Citamos
195 o caso de MG que manteve os recursos em conta, não repassou e estava esperando uma
196 auditoria nos valores. Outros CREAs repassaram por indicação do CONFEA. Outro exemplo é
197 do CREA do Rio Grande do Sul que não repassou nem um centavo ao CAU e notificou o
198 Presidente do CAU-RS e CAU-BR a depositar nas contas do CREA RS 32 milhões e 500 mil reais,
199 alegando que os profissionais do RS estavam entrando com ações na justiça para receber os
200 valores pagos de ART nos últimos 5 anos. Assim o CREA fez um cálculo de qual seria o valor se
201 todos os arquitetos e urbanistas do estado quisessem o ressarcimento desses valores.
- 202 5) O Rio Grande do Sul, até este momento, está trabalhando com o fundo oriundo do fundo de
203 90%.

204
205 Palavra do Conselheiro Renato Nunes - Ele pede cuidado para não repetir o velho vício do
206 Confea CREA- onde as coisas eram feitas e não se sabia. Um assunto desta magnitude de
207 rapasse de recursos deve ser compartilhado entre os Conselheiros. Sugere além do glossário
208 no documento e uma formatação clara do assunto, que todas as vezes que houver uma
209 aprovação de balancete os Conselheiros recebam com 10 dias de antecedência para poder
210 chegar com respaldo para discussão. Ele ainda comenta que felizmente o CAU/SP está
211 ajudando o CAU/BR a estruturar os demais CAUs, porque não é uma prática leal dos CREAs o
212 que eles estão fazendo nacionalmente. Tais assuntos têm que ser claros habitualmente.

213 Palavra Conselheira Debora Frazzato - todos estão comprometidos com a construção do
214 CAU/SP. O debate pede que a Diretoria Financeira faça deste documento algo mais
215 compreensível.

216
217 Colocado em votação o balancete proposto pela Comissão de Orçamento de Contas - Janeiro a
218 Abril .Conselheiro Lucio Gome Machado e Luciano Fiasci votam contra a aprovação do
219 balancete por falta de informações.



- 220 11 abstenções
221 22 aprovam.
222
223 Pauta ítem 7 – Fiscalização. Conselheira Marcia Mallet: A ideia é que todos os CAU/SP
224 trabalhem da mesma forma. Apenas dia 4 de Maio é que foi aprovada na Plenária do CAU/BR
225 a Resolução nº 22 que começa a falar do item fiscalização. A fiscalização começa ter um
226 escopo: ela será orientativa antes de ser punitiva. Ela dependerá de geo-referenciamento de
227 todas as regiões do país. Deverá ser uma atividade on line, moderna sem papéis e ajustada ao
228 nosso tempo. Conversando com CAU/BR a ideia é dividir o estado em 10 regiões
229 administrativas. Inicialmente a fiscalização será feito pelo método de formulário em papel,
230 depois tabletes e em 2013 vants.
231
232 Apresentação da equipe de funcionários pelo Conselheiro e Diretor Administrativo Paulo
233 Afonso Costa: Até o momento foram contratados 28 funcionários. Quadro provisório 74
234 funcionários. 24 livre provimento, 40 temporários, 10 contratos temporário nível médio. Desse
235 total 28 contratados, 9 livre provimento nível 1-superior, 18 temporário nível 2 superior, 1
236 contrato tempo determinado nível 3 médio. Cada diretoria apresentará seus funcionários.
237 Diretoria Administrativo:
238 Patrícia Moriondo- Atendimento
239 Carmen Sílvia Ferreira - Atendimento
240 Carlos Americo Kohl- Atendimento e Advogado
241 Dr. Antenor Mascio - Assessor jurídico
242 Roberto Vomero Monaco - Assessor Jurídica
243 Luis Carlos Ferreira- Gerente de Recursos Humanos
244 Roseli da Fonseca Pereira – apoio Recursos Humanos
245 Healthy Kobashy – Assessor Administrativo – Economista
246 Luciana Higa-técnica de atendimento
247 Eliana Vallone – secretária administrativa. Dentro da ideia de criar um centro operacional ou
248 partilhado dentro do CAU-SP, para que cada diretoria não tenha uma estrutura própria, a idéia
249 é criar uma secretaria geral para dar apoio a todos as diretorias, comissões, plenárias, etc.
250 Ana Carolina Sandoli - recepção – futuramente ela deverá ajudar a Eliana Vallone e Carmelina
251 Iazzetti da Comunicação.
252 Debora Prado – Agente Regional: Planejamento e prospecção da região de Ribeirão Preto.
253 Wagner Domingos – Agente Regional – Região de Bauru
254 Carlos Alberto Barosa- Agente Regional- Região de Ourinhos
255
256 Conselheiro Gilberto Belezza questiona qual a experiência e a contribuição que cada um pode
257 trazer para o CAU/SP.
258 Conselheira Nadia Someck cita que aprovaram salários para 40hs. Se diminuir para 20h o
259 salário deverá ser proporcional. Conselheiro e Diretor Paulo Afonso cita que na Plenária foi
260 aprovado o salário e não a carga horária.
261 Conselheira Débora Frazzato pergunta qual o critério para contratação e escolha dos locais
262 estabelecidos do agente regional. E qual o critério da escolha das pessoas a ser contratada.
263 Conselheiro Lucio Gomes Machado questiona qual o critério de definição de horas trabalhadas
264 e que, é normal que o salário seja para 40hs, pois em qualquer escritório que se contrata são
265 40hs semanais e isso deveria ser claramente informado aos Conselheiros.
266 Conselheiro Gilberto Belleza cita que o Barosa e o Wagner participaram da eleição, não se
267 elegeram e entraram para administração.
268 Conselheira Nina questiona sobre o Concurso e é explicado pelo Diretor Paulo Afonso que
269 estes são funcionários temporários. Contratados por 1 ano, renovável por mais um ano até



270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319

que tenha o concurso. Conselheira Nina diz que entende que é importante ter um conhecimento prévio de quem vai trabalhar o que a incomoda é ter grande nº de profissionais que vem do CREA. Uma parte do CREA é abrigada dentro do CAU quando se quer um Conselho novo, com novo comportamento. Temos um contingente de profissionais grande vindos do Sindicato e do CREA. Ela questiona que, se foi contratado Conselheiros da Chapa 1, teriam que ter a mesma atitude com a Chapa 2, que na opinião dela foi aleijada no processo de construção do CAU.

Conselheiro Lucio pede que seja feita política corretamente. Sugere que seja ampliado e chamado pessoas da chapa 2 para não se fechar em um grupo apenas.

Conselheira Débora Frazzato fala sobre o Barosa, que ele preside o núcleo Ourinhos do IAB e pergunta se não há conflito de interesses? Na opinião dela há conflito dele presidir um núcleo e assumir uma função que é de fiscalização profissional. Ela entende a definição e prioridade para Ribeirão e que ela conhece o Barosa e o Wagner, o que ela cita é que deveria ser definido critérios claros para ter esses representantes regionais, sem desconforto, identificariam os contratados. Em Campinas há um numero expressivo de profissionais- qual o critério para escolher? O Walter Brandt SJC, é conselheiro, esta candidato a vice numa chapa em SJC, e preside o núcleo em SJC, ele encaminhou o seu licenciamento das suas funções por poder haver conflito de interesses. Nós 44, 88, somos cobrados pelos colegas e sociedade quando saímos daqui. Se os critérios estão claros não haverá problema. Não deveríamos construir um conceito?

João Carlos Correia pede a palavra: Diz que hoje existe um CAU que foi formado, desde a promulgação da lei em Dezembro de 2010, por colegas arquitetos urbanistas, alguns pertencentes sim aos Creas e ao Confea, e foram estes que ajudaram a chegar ao ponto que o CAU chegou hoje. Algumas pessoas têm experiências que avançam em nosso trabalho. Todos são provisórios. Teremos o concurso por obrigação legal, e no concurso tem que estabelecer as regras que o Belleza cita. O pedido do Belleza no plenário foi conhecer as pessoas, uma apresentação.

Conselheiros pedem que sejam consultadas as regiões de São Carlos, Bauru, Campinas para a construção deste grupo de agentes para levantar informações, pois há uma cobrança pelos colegas das regiões.

Conselheiro Paulo Burgo diz da preocupação com os rumos da reunião, primeiramente assunto que não estava agendando em pauta, entende que é uma benesse da diretoria, atendendo uma reivindicação do Conselho, mas deveria estar pautada. Estamos olhando para um quadro de pessoas que podemos ou não concordar com os critérios, o problema é que isso está acontecendo sem a presença dos conselheiros, acreditando até estar abaixo do quórum. O pedido do Conselheiro Paulo Burgo é que pelo bem da clareza que seja encerrada a discussão aqui e que continuem numa próxima reunião.

Diretoria Financeira:

Roberto Munuera Reyes – Gerente Financeiro

Paulo Azevedo – Assessor

Polyana Vilasboas – Técnica Financeira

Odair Dutra – Contador

Mesaque Araújo da Silva – Técnico Financeiro

Claudio Coelho – Técnico

Carina Furquim da Cruz – Advogada

Plinio Marcos de Oliveira – Assessor



320 Diretoria Relações Institucionais

321 Juan Luiz Gonçales – Assessor

322 Diretoria de Ensino

323 Erika de Paula- Técnica

324 Hamilton Monteiro – Assessor

325

326 Diretoria Técnica

327 José Rebello – Técnico

328 Vice Presidência

329 André Santana – assessor

330

331 Presidência

332 Dra. Celia Ap. Luchese-Advogada

333 Ana Carolina De Simone – Assistente executiva da Presidência

334

335 Pietro pede a palavra pede desculpa ao Conselheiro Lucio Gomes se de alguma forma foi
336 injurioso e concorda com as palavras do Conselheiro João Carlos Correia que estamos todos
337 juntos num mesmo barco.

338

339 Conselheiro Lucio Gomes Machado pede que tudo seja comunicado a todos os Conselheiros.
340 Exemplo é estarem na 7º Plenária e em nenhuma foi falado sobre o convenio com o
341 CAU/SASP.

342

343 Informe dos Conselheiros:

344

345 Palavra da Conselheira Palavra Aurea Mazzetti- ela gostaria de agradecer e esclarecer alguns
346 assuntos a respeito do Gabinete da Presidência do CAU, mas em respeito a Instituição
347 Mackenzie e aos Conselheiros, pelo horário, ela deixará a manifestação, agradecimento e
348 esclarecimentos na próxima reunião extraordinária.

349 Palavra do Conselheiro Gilberto Belleza: Organização da Plenária. Ele sente que não há
350 produção nas reuniões. Ainda está se discutindo apenas a “nossa” organização interna. Há de
351 ter uma organização na Plenária no sentido de limitar e balizar o tempo sobre as questões e
352 assim transformá-la em algo mais produtivo.

353 Palavra da Conselheira Bertha: Informa que acontecerá no Rio, entre os dias 14 a 17 de
354 Agosto, o Congresso Latino Americano de Habitação, na sede do IAB do Rio de Janeiro,
355 inscrições até 1 de Agosto. Solicita a mesa que encaminhe também aos Conselheiros Suplentes
356 todas as discussões e todo material que envia para os titulares, bem como o convite para
357 participação na Plenária.

358 Palavra da Conselheira Débora Frazzato: Deixou com o Vice-Presidente uma documentação da
359 prefeitura de Mogi Mirim-entregue por um arquiteto onde a prefeitura de Mogi Mirim e 5
360 outras prefeituras continuam exigindo a apresentação da caderneta de obra e a carteirinha do
361 CAU. Em suas leis municipais não vale levar a certidão que o arquiteto imprime. Esta questão
362 já foi colocada em outras reuniões e é necessário que oficie as prefeituras, no caso específico
363 de Mogi Mirim, inclusive temos o termo que construímos junto da conselheira que preside o
364 núcleo de lá. Outra demanda, na região de Campinas e Jundiaí são que as concessionárias têm
365 exigido a apresentação da carteirinha do CAU e o recolhimento de ART- e não do RRT. Eles
366 falam que no seu procedimento e resoluções internas não há a previsão da aprovação desses
367 projetos por arquitetos ou profissionais que não tenham seu registro no sistema CONFEA



368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398

CREA. Debora pede ao vice-presidente que também sejam oficiadas as concessionárias Sabesp, CPFL, Eletropaulo, corporação de bombeiros, etc, no sentido de que possamos dar entrada nesses projetos. Ela chegou a comentar com o Presidente Haroldo sobre este tema e o Presidente Haroldo disse que essa é demanda específica de SP que não vem ocorrendo em outros estados.

Presidente Afonso diz que irá noticiar, mas o Arquiteto deve levar a lei e fazer valer. Sobre a carteirinha estão aguardando a licitação do CAU/BR.

Paulo Afonso pede a palavra e diz que as instituições públicas não estão aceitando. Há lugares onde foi enviada a declaração e a prefeitura se nega reconhecer. A orientação é que o profissional tem que fazer valer e ter consciência de seus direitos seus direitos. Pois as recusas não chegam por escrito. Então se deve fazer um Boletim de ocorrência sobre o caso e nessa hora fazer uma reclamação por escrito.

O Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro agradece a presença de todos, agradece a Universidade Mackenzie, a Conselheira Nadia Someck, o Conselheiro Valter Caldana pela cessão do espaço que foi muito útil a Plenária e encerra a 8ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/SP que foi por mim redigida

Sem mais.

São Paulo, 26 de Julho de 2012.

Afonso Celso Bueno Monteiro
Presidente CAU/SP

Ana Carolina De Simone
Assistente Executiva da Presidência